

# **A ética do cuidado com os bebês nas creches: olhares interseccionais para o currículo e as práticas institucionais**

## ***The ethics of infant care in daycare centers: intersectional perspectives on curriculum and institutional practices***

## ***La ética del cuidado infantil en guarderías: perspectivas interseccionales sobre el currículo y las prácticas institucionales***

Janete de Fátima Ferreira Caldas<sup>1</sup>

Vanessa Medianeira da Silva Flôres<sup>2</sup>

Débora Reis Schnekenberg<sup>3</sup>

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/serieestudos.v30i68.2041>

**Resumo:** Este artigo objetivou debater sobre a ética do cuidado a partir do olhar interseccional para o currículo e as práticas pedagógicas com bebês, com base em três pesquisas acadêmicas em nível de mestrado e doutorado realizadas recentemente a partir dos contextos de Florianópolis, SC, Curitiba, PR, e Ponta Grossa, PR. As pesquisas convergem no sentido de que colocam o foco na educação dos bebês na creche e problematizam as práticas pedagógicas a partir dos documentos curriculares e das relações cotidianas balizadas pelas dimensões da educação e do cuidado. Os achados das pesquisas revelaram que os princípios éticos no que se refere ao cuidado nos documentos curriculares e no cotidiano da creche necessitam de reflexões aprofundadas, uma vez que apontam a limitação de referências, nos contextos pesquisados, que possam potencializar o debate acerca da educação dos bebês. Os dados das pesquisas reiteram que as manifestações positivas em relação à dimensão da ética e do cuidado exigem uma maior presença das especificidades dos bebês nos currículos de modo que possam reverberar no trabalho pedagógico nas instituições em que estão inseridos.

**Palavras-chave:** cuidado e educação de bebês; currículo e práticas; interseccionalidade.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, Paraná, Brasil.

<sup>2</sup> Rede Municipal de Educação de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

<sup>3</sup> Prefeitura de Florianópolis, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

**Abstract:** This article aims to discuss the ethics of care from the perspective intersectional of the curriculum and pedagogical practices with babies, based on three recent academic research studies at the master's and doctoral levels conducted in the contexts of Florianópolis, SC, Curitiba, PR, and Ponta Grossa, PR. The research converges in focusing on the education of babies in daycare centers and problematizes pedagogical practices based on curricular documents and daily relationships guided by the dimensions of education and care. The findings of the research revealed that the ethical principles regarding care in curricular documents and the daily life of daycare centers require in-depth reflections, as they point to the limitation of references in the researched contexts that could enhance the debate about the education of babies. The research data reiterate that positive manifestations regarding the dimension of ethics and care require a greater presence of the specificities of babies in the curricula so that they can reverberate in the pedagogical work in the institutions where they are inserted.

**Keywords:** care and education of babies; curriculum and practices; intersectionality.

**Resumen:** Este artículo busca debatir sobre la ética del cuidado a partir de la mirada interseccional hacia el currículo y las prácticas pedagógicas con bebés, basado en tres investigaciones académicas a nivel de maestría y doctorado realizadas recientemente en los contextos de Florianópolis, SC, Curitiba, PR, y Ponta Grossa, PR. Las investigaciones convergen en el sentido de que ponen el foco en la educación de los bebés en la guardería y problematizan las prácticas pedagógicas a partir de los documentos curriculares y de las relaciones cotidianas guiadas por las dimensiones de la educación y el cuidado. Los hallazgos de las investigaciones revelaron que los principios éticos en lo que se refiere al cuidado en los documentos curriculares y en la vida cotidiana de la guardería necesitan reflexiones profundas, ya que señalan la limitación de referencias en los contextos investigados que puedan potenciar el debate sobre la educación de los bebés. Los datos de las investigaciones reiteran que las manifestaciones positivas en relación con la dimensión de la ética y el cuidado exigen una mayor presencia de las especificidades de los bebés en los currículos para que puedan repercutir en el trabajo pedagógico en las instituciones en las que están insertos.

**Palabras clave:** cuidado y educación de los bebés; plan de estudios y prácticas; interseccionalidad.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca debater sobre a ética do cuidado a partir do olhar interseccional para o currículo e as práticas pedagógicas com bebês em contextos de creche, dialogando com os dados de pesquisas acadêmicas realizadas recentemente em Florianópolis, SC, Curitiba, PR, e Ponta Grossa, PR. Os achados das pesquisas revelaram que as dimensões éticas do cuidado nos documentos curriculares e no cotidiano da creche necessitam de reflexões aprofundadas.

Dentre as pesquisas, duas estão concluídas, a tese “A invisibilidade dos/as bebês na política curricular de Ponta Grossa/PR” (1), que investigou o contexto de Ponta Grossa, PR; a dissertação “‘Sabia que eu sei falar crioulo?’: uma abordagem interseccional da agência de crianças migrantes, desde bebês, no contexto da

Educação Infantil” (2), que tem uma creche da rede pública de Florianópolis, SC, como lócus; e a tese, que está em fase final, “Pedagogias feministas na creche: o repensar das práticas pedagógicas” (3), que traz uma creche da rede pública de Curitiba, PR, como contexto de pesquisa. Como pontos de convergências entre as pesquisas, todas têm como interesse os bebês e as creches, buscamos problematizar as práticas pedagógicas a partir dos documentos curriculares e das relações cotidianas atentando às dimensões éticas do cuidado.

Do ponto de vista metodológico, as três pesquisas diferenciam-se em seus encaminhamentos, objetivos e campo de investigação, contendo uma pesquisa bibliográfica e duas pesquisas de campo. A pesquisa bibliográfica (1) realizou análise documental das atas do Conselho Municipal de Educação que trataram da construção da política curricular do município de Ponta Grossa, PR. A pesquisa de campo (2) de observação participativa foi feita em uma instituição de Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis, junto aos bebês migrantes de 1ª e 2ª geração, nas salas dos seus grupos de referência e demais espaços. A pesquisadora se inseriu e participou do cotidiano das crianças brincando, observando e registrando suas relações com outras crianças, com as adultas e com os espaços e tempos da creche. O roteiro de observação e a análise dos dados foram estruturados com apoio da interseccionalidade como conceito e método. A pesquisa de campo (3) tem como proposta metodológica a realização de etnografia em turma de berçário na rede pública de Curitiba, PR.

Os dados revelados pelos três campos de pesquisa trouxeram, para além dos objetivos e problematizações específicas circunscritas nestas investigações, as dimensões éticas do cuidado e o modo como estas se manifestaram ou estiveram ausentes nos três estudos e que, neste texto, colocamos em diálogo.

As dimensões éticas do cuidado na creche fazem parte do cotidiano, porém, nos contextos pesquisados, observamos que a questão do cuidado e das propostas pedagógicas foram subalternizadas, assim como a relação intergeracional entre professoras e bebês que notadamente evidenciou o cuidado como algo pontual e ausente de compreensão política, ética e pedagógica da sua importância e indissociabilidade, como preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009).

Nesse sentido, este texto se orientou pela seguinte questão: em que medida a dimensão da ética se faz presente na educação e no cuidado dos bebês

no cotidiano da creche? No intuito de responder tal questionamento e concordando com Bernard Charlot (2005), que a memória construída e consolidada no campo de pesquisa possibilita, a partir dos seus pontos de partida, servir como apoio para novas indagações, realizamos uma análise das pesquisas apontadas no início deste texto, as quais foram tomadas como objeto de análise, levando em conta os seguintes critérios: estarem vinculadas à mesma linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação de uma universidade federal e, por isso, comungarem de referenciais teóricos que dialogam e se complementam entre si, por fim, por terem como foco a educação dos bebês sob diferentes abordagens e em diferentes contextos. Destarte, do nosso entendimento que essas pesquisas, dentre outras, contribuem para fazer avançar os estudos acerca da educação institucional dos bebês.

As pesquisas, além de questionarem a ideia de um currículo para os bebês, pensado a partir de um modelo europeu, argumentam sobre a limitação de referências nos documentos curriculares acerca das especificidades das crianças brasileiras e das crianças migrantes. Teoricamente, fundamentam-se na matriz teórico-analítica interseccional, a partir das discussões de Kimberlé Crenshaw (2002) e Patrícia Hill Collins (2022); e no conceito de corpo-território, de Delmy T. Cruz Hernández (2016) e Haesbaert (2020), o que contribui para aprofundar as discussões sobre a importância da ética do cuidado na creche e compreender os interesses da política curricular em relação à educação dos bebês.

Este artigo problematiza a temática a partir de três momentos: inicialmente, apresentamos as discussões sobre a ética do cuidado na creche em relação ao currículo oficial da Educação Infantil e demais legislações. No segundo momento, abordamos a problemática a partir da matriz teórico-analítica interseccional, com apontamentos da pedagogia engajada de hooks (2017) e do conceito de corpo-território para pensarmos as relações e dimensões do cuidado na creche. No terceiro momento, apresentamos dados das três pesquisas em relação ao cotidiano dos bebês e como o cuidado pode ser compreendido na perspectiva da ética e da justiça social. E, para concluir, tecemos as considerações finais.

## **2 A EDUCAÇÃO DOS BEBÊS: ÉTICA DO CUIDADO SOB O VIÉS DAS POLÍTICAS CURRICULARES**

Quando a Educação Infantil, incluindo o seguimento da creche, passou a ter caráter educativo, as questões que envolvem o cuidar e educar assumiram o “centro da cena” (Kramer, 2008, p. 60) e emergiram discussões necessárias colocando em pauta o currículo para essa etapa. Havia muitas incompreensões a esse respeito, tais como: a separação do que deveria ser um processo, colocando o cuidar como a parte prática do trabalho com as crianças pequenas, ou ainda, o cuidar como uma tarefa que ocupava tanto tempo que não sobrava tempo para educar (Kramer, 2008).

O reflexo de um tipo de atendimento que foi destinado aos bebês, que era envolvido pelas questões fisiológicas (higiene, alimentação, sono etc.), contribuiu para a constituição de uma concepção limitada sobre a educação para bebês. Esse modelo de atendimento historicamente pensado, sobretudo, para as crianças mais pobres dicotomizava o educar e o cuidar, entendendo que essas práticas depreciavam o trabalho da professora, que foi respaldado pelo ato de dar aulas, abordar conteúdos e se encarregar do processo de ensinar. Suely Amaral de Mello (2018) explica que “[...] as crianças pequenas não aprendem sob a forma de aula ou de explicação ou demonstração de nós, adultos, mas por sua própria experiência” (Mello, 2018, p. 95); assim, quando estamos tratando do trabalho pedagógico na Educação Infantil, não estamos nos reportando ao trabalho escolar na forma de conteúdos, pois essa etapa possui particularidades que a diferem dos demais segmentos educacionais.

Nesse sentido, a especificidade da educação dos bebês, no que diz respeito à legislação, assegurou espaço para ser discutida a partir de duas frentes: a das políticas públicas, que, nesse caso, correspondem ao papel do Estado em assegurar a oferta de qualidade nas creches e pré-escolas; e a frente das políticas curriculares, que se pautam nos direitos fundamentais das crianças, reverberando nas práticas cotidianas nas instituições de Educação Infantil.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996, 1988) certamente se configuram nos marcos mais importantes para a garantia dos direitos das crianças a uma Educação Infantil de qualidade. Embora não sem embates, as discussões acerca do binômio cuidar e educar tornam-se os principais objetivos da Educação Infantil, assegurando a sua

especificidade, sobretudo, com a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009).

A partir da revisão e homologação das DCNEI (Brasil, 2009), ficou evidenciado que o papel da Educação Infantil é o desenvolvimento integral da criança, assim como que o cuidar é indissociável do educar. Entretanto, a forma como deve acontecer o cuidar e o educar de modo ético e indissociável não está tão evidente no contexto das instituições, como dizem os documentos curriculares; portanto, isso ainda é alvo de reflexões. As DCNEI (Brasil, 2009, p. 12) destacam que a Educação Infantil deve ser ofertada em creches e pré-escolas, “às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade”.

Já na BNCC a concepção apresentada vincula educar e cuidar, porém, trata essas dimensões a partir de aspectos distintos relacionados à educação das crianças:

[...] no sentido de acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (Brasil, 2017, p. 36).

Além disso, Becker, Bernardi e Martins (2013) afirmam que ainda há um desencontro de ideias em relação ao que é entendido como cuidado e o que é relacionado ao trabalho pedagógico. O cuidar constantemente é caracterizado como a assistência ao corpo de modo separado da mente, sendo que o último é mais valorizado, tanto pelas escolas e pelas professoras quanto pela sociedade de modo geral, o que pode ser observado a partir de um discurso sobre o desenvolvimento cognitivo muito forte na sociedade atual, sendo algo esperado e até cobrado pelas famílias, caracterizando-se uma continuidade na divisão do trabalho oferecido aos bebês em que primeiro cuidamos, depois educamos.

Kramer (2008, p. 55) descreveu em seu texto “Educar e cuidar: muito além de uma rima”, que os professores sempre tocam no assunto de “como o professor se sente desvalorizado ao fazer coisas relacionadas ao cuidar”. A autora explica que “[...] o ato de cuidar aparece relacionado a uma tarefa menor, sem prestígio

ou reconhecimento” (Kramer, 2008, p. 57). Verifica-se um discurso que valoriza mais os aspectos com relação ao ato pedagógico, considerando-o como mais importante por estar relacionado à “parte pedagógica” que acontece nos intervalos entre a tarefa de cuidar e envolver as professoras e não as auxiliares. Todavia, cuidar é mais que um ato, é uma atitude que envolve atenção, zelo e envolvimento afetivo. O cuidado contempla diferentes dimensões dentre as quais pode-se destacar as dimensões materiais, pessoais, psicológicas, sociais, ecológicas e até espirituais. Portanto, podemos considerar que o cuidado em sua essência é ético. Nesse sentido, a percepção que os profissionais da educação têm a respeito do cuidar e educar influencia diretamente a relação que estes estabelecem com as crianças (Kramer, 2008).

As pesquisas que relacionam bebês e currículo numa perspectiva epistemológica são consideradas incipientes no Brasil (Gobatto; Barbosa, 2017). O currículo para os bebês ainda é visto como uma lista de tarefas que envolve o que fazer com os bebês, ou seja, como alimentar, trocar roupas e fraldas, como cercá-lo de proteção de modo que não se machuque, mantendo-o muitas vezes confinado a um determinado espaço. Não raro, as práticas com os bebês são realizadas de forma mecanizada e igual para todos.

Algumas pesquisas discutem mais a respeito do que se faz “nos intervalos dos cuidados”, ou seja, para além dos momentos equivocadamente tidos como cuidado, como separado da ação educativa, como: contar histórias, cantar e até desenhar e pintar, colocando como desafio romper com a ideia de dar aulas para bebês como se eles fossem alunos (Mello, 2018). Contudo, é importante discutir sobre o que e como ocorrem as práticas de cuidado que ainda hoje são erroneamente consideradas como uma ação mecânica de higiene e asseio, e, sobretudo, discutir o cuidado como ação educativa e sua dimensão ética no trabalho pedagógico das instituições de Educação Infantil, evidenciando as suas especificidades na docência com os bebês.

Para Mello (2017), somente há poucas décadas de estudos descobrimos que o desenvolvimento dos bebês é potencializado por meio das experiências vividas e depende do lugar que eles ocupam nessas experiências.

Quando são espectadores apenas, ou seja, quando observam e esperam, quando recebem passivamente a ação do adulto, quando são colocadas na condição de apenas receber as ações dos adultos, o desenvolvimento

dos bebês e crianças pequeninhas se empobrece e têm um ritmo lento (Mello, 2017, p. 42).

Por isso, o trabalho com a educação e o cuidado dos bebês requer compromisso ético com o processo de formação desse sujeito, de modo que, em relação ao cotidiano da creche, é preciso organizar experiências que promovam as máximas possibilidades de se sentirem no mundo, de viverem e estarem no mundo. Sobretudo, precisamos compreender como os bebês se sentem ao estarem no mundo; nesse olhar, é importante ter em mente não aquilo que os bebês não são capazes de fazer, mas sim a potência em se comunicarem por meio do olhar, do choro, dos gestos, do toque, dos movimentos, do silêncio, dos sons, do que seu corpo e suas emoções expressam. Em contrapartida, a pessoa adulta tem a responsabilidade de estabelecer um vínculo de comunicação com o bebê, mantendo-o em todos os momentos de cuidado. A comunicação é uma das dimensões da ética na relação adulto/bebê que será discutida ao longo deste texto.

A docência na creche possui como especificidades a indissociabilidade entre educar e cuidar; as discussões teóricas e os dados de pesquisas da área trazem esta como pressuposto. Interessa-nos discutir, neste texto, a ética do cuidado no cotidiano da creche a partir do que consta nas DCNEI:

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. § 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: I – a educação em sua integralidade, entendendo o **cuidado como algo indissociável ao processo educativo** (Brasil, 2009, grifo nosso).

Assim, a legislação citada traz a relação entre cuidado e educação como fundamento das propostas pedagógicas, porém, em nossas pesquisas, ao olharmos para os documentos curriculares, como no caso da pesquisa realizada em Ponta Grossa, PR, os documentos invisibilizam os bebês e a creche. No caso dos documentos curriculares de Curitiba, PR, e Florianópolis, SC, a referência à indissociabilidade entre educar e cuidar está presente nos documentos. Na documentação de Florianópolis, SC, reiteram-se várias vezes o cuidado como ato educativo.



Considerar cuidar/educar como indissociáveis significa acolher os bebês e as crianças em seus ritmos e processos construtivos, criativos e expressivos, possibilitando a apropriação do mundo por meio de práticas cotidianas, ações que permeiam todo o fazer pedagógico, exigindo sensibilidade e novos olhares para a infância (Curitiba, 2022, p. 70).

[...] o cuidado é constituído da e na relação com as crianças. É educativo porque altera o outro, a si mesmo e a própria relação. Observamos, ainda, que as relações de cuidado são todas, em sua essência, práticas socioculturais apropriadas pelos seres humanos nas relações constituídas com o outro. Isto vai além do ato de saciar uma necessidade biológica de se nutrir ou se assear pois, ao estabelecer ações de cuidado com as crianças, estamos inserindo-as e enunciando hábitos sociais carregados de sentidos constituídos em nossa cultura [...]. Neste sentido, o cuidado é uma prática social que constitui as crianças e os adultos que estão envolvidos e a própria relação que se estabelece. Consequentemente, a própria ação docente na Educação Infantil apreende o cuidado como dimensão indissociável do educar. Em síntese, o cuidado é uma dimensão constitutiva das relações humanas e na Educação Infantil diz respeito não apenas às crianças, mas também à própria constituição dos adultos e da docência. A dimensão do cuidado é permanente na relação educativo-pedagógica e precisa ser assumida de tal forma. Assim, entende-se que a composição do termo educar-cuidar com hífen substituindo a preposição e, ou seja, em vez de educar e cuidar, compõe aqui uma alteração importante ao assumir enunciativamente a sua indissociabilidade e sua composição intrínseca. Entende-se o cuidado como uma dimensão que atravessa e alicerça o educar e que politicamente necessita ser evidenciada como função primordial no campo profissional da Educação Infantil, respaldando não apenas o caráter da ação pedagógica, mas, sobretudo, como um direito inquestionável das crianças (Florianópolis, 2022, p. 91-92).

No entanto, no cotidiano das creches pesquisadas, as práticas pedagógicas demonstraram que as ações vão de encontro a que propõem os documentos curriculares dos referidos municípios, como veremos mais adiante.

### **3 INTERSECCIONALIDADE E DIMENSÃO DO CUIDADO: O QUE AS TRÊS PESQUISAS APONTAM**

A dimensão ética do cuidado na creche perpassa todas as ações pedagógicas cotidianas desde a inserção de bebês neste espaço-tempo de experiências e construção de conhecimentos. Guimarães (2011) salienta que, nas práticas pedagógicas, o cuidado por estar socialmente vinculado ao doméstico e às mulheres é

depreciado, e a educação é apreciada e concebida como instrução, o que mantém a dicotomia no cotidiano.

Esta questão da dicotomia entre cuidar e educar que a autora aponta é de fundamental relevância quando olhamos para as práticas e os currículos das/nas creches e ao aprofundar as discussões a partir da interseccionalidade.

As dimensões éticas do cuidado na creche são interseccionadas por relações de geração, idade, raça, etnia, gênero, nacionalidade, localização geográfica, religião, classe, entre outros, perpassados pelas estruturas e relações de poder, que se evidenciam cotidianamente de maneiras distintas.

Os corpos-territórios de bebês são desconsiderados e invadidos no cotidiano das práticas pedagógicas sem que estas sejam questionadas. As adultas, professoras no caso das pesquisas, majoritariamente, professoras brancas, acessam os corpos-territórios de bebês sem considerar que e como esta ação impacta nestes.

De acordo com Crenshaw (2002, p. 177), “[...] a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação”. A partir disso, podemos pensar as infâncias nas creches como espaços eminentemente interseccionais, como afirmam Moruzzi e Abramowicz (2023, p. 73):

No campo sociológico, a infância é em si mesma uma categoria interseccional, porque é pensada sob múltiplas dimensões como geração, como estrutura, como categoria analítica, dispositivo, etc., dimensões estas que são majoritariamente interseccionadas por diferentes clivagens.

As pesquisas trazem, a partir dos olhares para os dados produzidos, no caso de Ponta Grossa, PR, análise dos documentos curriculares, e de Florianópolis, SC, e Curitiba, PR, a observação participante das práticas com bebês, e, nos três contextos, a dimensão ética do cuidado é subalternizada. De modo geral, vemos que essas pesquisas dizem sobremaneira que bebês no contexto de creche estão subordinados principalmente nas relações intergeracionais que se caracterizam como adultocêntricas em intersecção com demais marcadores da diferença, citados acima, mas especificamente com gênero, raça, etnia, nacionalidade e localização geográfica, ressaltadas pelas pesquisas de campo acima referenciadas.

Os construtos centrais da interseccionalidade constituem uma dimensão importante do pensamento paradigmático da interseccionalidade. Os temas de relacionalidade, poder, desigualdade social, contexto social, complexidade

e justiça social reaparecem na interseccionalidade como forma de investigação crítica da prática (Collins, 2022, p. 69).

A interseccionalidade representa uma mudança para a investigação crítica e, na práxis, essa inflexão vai olhar para os engendramentos presentes nos cotidianos; por isso, temos interseccionalidade como matriz teórico-analítica, bem como trazemos o conceito de corpo-território, que nos ajuda a compreender a questão ética do cuidado.

O corpo é construído socialmente a partir de marcadores sociais que vêm sendo estudados por campos de estudos interdisciplinares para compreender os territórios e as desigualdades sociais, educacionais, étnicas, raciais, econômicas, territoriais, etárias e de gênero. É, então, a partir destas perspectivas, inevitável se falar das relações estabelecidas entre as sujeitas e os territórios, sem tratar do corpo e do território como construções sociais que são afetadas por outros corpos e outros territórios, também dinâmicos e complexos.

Os conceitos de corpo e de território vêm sendo estudados pelo menos desde a década de 1980 por diferentes áreas do conhecimento (Haesbaert, 2007), mas este conceito de corpo-território tem sido elaborado e surge com força decolonial a partir das lutas e teorizações das mulheres indígenas de *Abya Yala* e da necessidade de construir ações e conhecimentos a partir dos seus territórios-corpos, que estão visceralmente conectados e vêm sendo violados e roubados desde a invasão e o surgimento da América Latina (Cruz Hernández, 2016). Corpo e território, por sua vez, perpassam o cotidiano das creches, as sujeitas professoras e crianças são coletivas, ao mesmo tempo que possuem suas singularidades na cotidianidade do sentir-pensar-fazer-viver neste espaço.

O conceito corpo-território, a nosso ver, é apropriado para ser utilizado em pesquisas com crianças, desde bebês, por se tratar de um entendimento de que este corpo revela o território e o território revela uma multiplicidade de elementos culturais, sociais, econômicos, geográficos e políticos que atravessam e constroem esse corpo, ou seja, o corpo se constrói perpassado por esses territórios, e o território só existe à medida que é construído por estes corpos. O corpo e o território são compreendidos como construções sócio-históricas e, portanto, são políticos (Santos, 2005; Haesbaert, 2020; Miranda, 2020). Passamos a olhar para dados encontrados nas pesquisas.

## **4 ACHADOS DAS PESQUISAS: O CUIDADO NA PERSPECTIVA DA ÉTICA E DA JUSTIÇA SOCIAL**

Entre os estudos analisados, a tese que teve como contexto o município de Ponta Grossa, PR, aponta que, desde que a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) passou a contemplar a Educação Infantil e novos documentos curriculares, estaduais e locais foram sendo reformulados e adaptados a essa política, muitos avanços já conquistados na Educação Infantil no cenário educativo perderam forças para atender às demandas de uma política neoliberal, conservadora e mercadológica. Para Campos, Durlí e Campos (2019), Durlí (2021) e Carvalho e Guizzo (2023), os materiais adaptados à BNCC e colocados à venda estão sendo utilizados como estratégias empresariais, de modo a difundir uma formação específica de como trabalhar nos moldes da BNCC, dirigidas, em particular, para profissionais da Educação Infantil, servindo como manobras do capital e assegurando os interesses em relação ao currículo e aos conhecimentos que se pretende legitimar por meio da BNCC, como um documento curricular obrigatório.

A tese em questão problematiza que a Educação Infantil não se enquadra nos modos educativos atuais, momento em que há uma supervalorização de competências e habilidades educativas, embaladas pela competitividade e produtividade capitalistas, tendo em vista que entende que, nesta fase, é necessário que os currículos possibilitem maior liberdade para que professoras e bebês, por meio do estabelecimento de relações respeitadas e afetivas, construam juntos os processos de humanização e as experiências mais significativas para os bebês, a partir do cuidado e da educação como uma dimensão ética que permeia o fazer pedagógico.

Ademais, a pesquisa evidencia que o documento curricular do município, que foi reformulado a partir da BNCC, não contempla as especificidades da educação de bebês, haja vista que se constitui numa reprodução textual da BNCC no que se refere aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que demonstra fortemente priorizar a educação das crianças entre 4 e 5 anos e exclui, sobretudo, os bebês de zero a um ano de idade da sua proposta. Demonstra-se, nitidamente, que o cuidado em sua perspectiva ética não possui amparo nesse documento.

Guillaume Durand (2013), em seus estudos de origem francesa sobre a ética no ensino e cuidado, conclui que a ética nessa dimensão é, antes de tudo, uma ética aplicada, não no sentido de que seria a aplicação de um modelo teórico

construído *a priori* e dotado de valor universal, mas uma reflexão sobre a conduta mais adequada para adotar em situações concretas no cotidiano com as crianças. Seu efeito viria de um pensamento aberto e flexível, resultado da discussão e da reflexão praticada pelas próprias professoras no âmbito da sua atuação. Portanto, é atitude consciente e formativa que envolve o conhecimento sobre as especificidades educativas das crianças pequenas. E essa dimensão não encontra presença nos documentos curriculares, possibilitando as mais variadas formas de interpretação, dentre elas, destacamos as duas mais conflituosas: a primeira, que não se pode fazer nada com os bebês, uma vez que se gasta muito tempo com ações de cuidado, e a segunda, que, seguindo as orientações curriculares, deve-se dar aulas para os bebês, sobretudo, numa dinâmica acadêmica que se reporta à escolarização precoce.

As pesquisas desenvolvidas em Florianópolis, SC, e Curitiba, PR, duas capitais com redes de abrangência no cenário nacional, trazem dados a partir das observações participantes realizadas em contexto de creche nestes municípios que demonstram fragilidades e dicotomia tanto em relação às concepções éticas do cuidado quanto às práticas pedagógicas na creche. Reitera-se a urgente necessidade de atualização profissional nas temáticas de formação contínua e continuada, pois, também, tratam-se de redes que tiveram um aumento expressivo na contratação em caráter temporário de profissionais, em detrimento às efetivações de profissionais do quadro efetivo e estatutários.

As práticas pedagógicas nas creches observadas pelas duas pesquisadoras apresentam como uma das marcas principais uma relação vertical entre as docentes e os/as bebês; nas relações cotidianas, a relação de poder adultocêntrica das adultas em relação aos bebês é demonstrada em diversas situações, desde a interdição do sono quando bebês estão visivelmente adormecendo, mas que reiteradamente as docentes verbalizam que não podem “deixar” dormir, porque não é a “hora do sono”. Isso foi registrado nos diários de campo várias vezes, durante as observações. E aqui fica evidente que as práticas pedagógicas são pautadas por relações de poder das adultas e por questões de organização temporal alheias às singularidades das/os bebês.

Em outra cena observada em Curitiba, PR, e que também se relaciona com o adultocentrismo, raça e gênero, destacamos que são várias situações que acontecem com relação à mesma bebê, que, no estudo, chamamos de Maya (11

meses). As professoras não interagem com a bebê como fazem com as/os demais. A bebê Maya é parda, filha única de um casal de lésbicas e com frequência as docentes discutem no interior da sala de referência sobre as mães da bebê. São comentários pejorativos acerca da dupla maternidade. As docentes, em certa ocasião, começaram a discutir sobre os traços físicos da bebê, questionando com quem esta se parecia e levantando hipóteses sobre e de desconfiança sobre a fertilização, tendo em vista que não acreditavam na possibilidade, devido ser este um procedimento de alto valor. As reclamações sobre as mães da bebê apareciam com frequência, e iam desde a solicitação das mães para evitar certos alimentos para a bebê, até mesmo as roupas que a bebê usava. “*Essas mães são cheias de coisas*” (professora do berçário), fazendo referência ao pedido das mães sobre a alimentação da menina, que deve evitar alguns itens que causam problemas intestinais na bebê. Segundo as docentes, só se tiver um atestado médico para que tal solicitação seja considerada legítima. A burocratização do atendimento e atenção ao cuidado desta bebê está visivelmente atravessada pelas relações desiguais de poder, pelos marcadores da diferença anteriormente citados e por posturas antiéticas, discriminatórias e que questionam a função social da creche e descumprem os aparatos legais de educação e o cuidado de bebês no que diz respeito ao compartilhamento destes pela família, pela instituição e pela sociedade.

O único momento que as professoras se aproximam da bebê é para as trocas de fraldas e alimentação; mesmo assim, são sempre ações mecânicas com ausência de diálogo entre adultas e a bebê, sendo realizadas de forma aligeirada. Uma situação que demonstra a diferença com que Maya é tratada ficou evidente quando as/os bebês do Berçário foram para o parque e, no retorno à sala, uma das professoras deu banho em todas as/os bebês que não caminhavam ainda, caso de Maya. Porém, a única bebê que a professora não deu banho foi Maya. Na hora do sono, quando outra professora foi fazer a troca de fraldas da Maya e verificou que ela estava com muito cocô, resolveu dar banho na bebê, justificando que, caso não o fizesse, ela não dormiria e não deixaria as/os outras/os dormirem. Ou seja, tratou a necessidade do banho como controle dos corpos-territórios no momento do sono, e não como atitude ética de cuidado, salvaguardando o direito da bebê à higiene, ao cuidado e ao sono tranquilo.

A cena do banho na bebê foi registrada pela pesquisadora em seu diário de campo, e esse tempo-espço do banho no ambiente educativo foi marcado

por um silêncio ensurdecedor, a professora não interagiu com a bebê, e todo o tempo do banho durou 34 segundos. Após o “banho”, a professora colocou a bebê em um colchão, sentou-se ao lado dela, pegou o celular e começou a mexer no aparelho, e a bebê adormeceu.

Salientamos que esta não é uma cena isolada, mas que se faz presente no cotidiano, não apenas com Maya, mas com as/os demais bebês, e que notadamente as ações de cuidado mecanizadas e aligeiradas foram vistas com as/os bebês racializados. Estes/as são as/os últimos a serem servidos para almoçar e a receberem água, por exemplo, além de permanecerem mais tempo com a mesma fralda; uma das alegações é de que trazem poucas fraldas para a instituição, mas, na realidade, são situações de racismo e precisam ser nomeadas.

A dissertação realizada em Florianópolis que buscou investigar a agência de bebês migrantes na creche também observou que a questão racial, étnica, nacionalidade e localização geográfica de bebês migrantes são algumas das formas pelas quais este marcador se torna alvo de apontamentos na sala de referência. No primeiro momento em que se começava a conhecer as crianças, as profissionais e apresentar-se a elas, foi possível problematizar, com apoio da interseccionalidade, dos conceitos de corpo e de território, a partir de uma perspectiva feminista e decolonial, o quanto o corpo e o território das crianças costuma ser invadido sem o menor pudor por parte das pessoas adultas com quem se relacionam, reproduzindo uma lógica desigual, vertical e adultocentrada.

*Passei (pesquisadora) um período de três semanas passando por todos os grupos do NEIM me apresentando para as crianças e para as professoras que ainda não me conheciam, [...] para que pudéssemos interagir e brincar a maneira que elas me reconhecessem, que eu sentisse a aproximação delas e que estavam notando e de alguma forma autorizando minha presença ali. Foi também a partir desse movimento que fui tomando nota dos grupos onde estavam as crianças migrantes ou filhas de migrantes nacionais e internacionais e especialmente de migração haitiana. Como algumas professoras já sabiam da minha pesquisa, elas mesmas me mostravam ou contavam quais crianças eram ‘haitianas’. Apenas uma profissional usou da expressão corporal apontando com o dedo ao mesmo tempo que falou ‘aquela ali é haitiana, é a única criança haitiana do grupo’, expondo a criança que ainda nem sabia quem eu era e o que estava fazendo ali. A criança ficou visivelmente constrangida. E eu (pesquisadora) também. Minha reação foi falar baixinho olhando nos olhos dela: ‘não precisa apontar assim, a criança*

*pode ficar constrangida, pode deixar que no processo vou conhecendo elas, obrigada'* (Registro do caderno de campo, agosto de 2022).

Nesta relação, observa-se que a mulher-professora, adulta-branca, está em um lugar “autorizado” socialmente a se referir de uma forma antiética e descuidada, gerando desconforto e constrangimento à menina, preta, haitiana, que foi colocada num lugar de “submissão”, ou seja, desconsiderando sua agência, não reconhecendo que esta sujeita, melhor que ninguém, pode nos informar sobre sua existência, sua nacionalidade, seu corpo, seu território, sua cultura e seus saberes.

Ainda que a pesquisa tenha reconhecido o risco da diferenciação, como estereótipo e estigmatização, destes corpos-territórios como risco a ser enfrentado referente à pesquisa com a participação das crianças focalizadas no estudo, desde a sua submissão e aprovação pelo Comitê de Ética das Ciências Humanas e Sociais da UFPR. Observar, presenciar e registrar o seu acontecimento cotidiano como algo não refletido, não questionado, sem resquício de constrangimento ou qualquer reflexão das docentes se tornou mais um dado analisado pela pesquisa, que expõe o racismo, a xenofobia, o etarismo e o adultocentrismo das estruturas educativas que deveriam estar comprometidas com o cuidado-educação forjadas por justiça social, e não o contrário.

Durante a pesquisa de campo (2), outras situações recorrentes foram observadas no cotidiano de um grupo de bebês de 1 a 2 anos, como: o excesso do uso de telas (celular das próprias docentes), a ausência de ações educativas planejadas, a indisponibilidade dos corpo-territórios das docentes em brincar com os corpos-território dos bebês (as adultas todo o tempo na vertical, em pé e conversando entre elas), indisposição das docentes para a mediação de conflitos e demais situações relacionais que ocorrem entre os bebês, falta de cuidado com exposição do bebês ao sol e a falta de materialidades a disposição dos bebês. Situações analisadas que nos levaram a questionar a formação inicial, contínua e continuada das docentes que atuam com bebês, assim como refletir sobre as condições de trabalho e de contratação destas profissionais. E, ainda, inferir os impactos gerados pelo trato dado à educação durante o período de pandemia causado pela covid-19, que reverberam em nossas unidades educativas e nas redes de ensino até os dias de hoje.



## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A dimensão ética do cuidado na creche é fundamental para a docência com bebês que exigem garantias de prática pedagógica crítica e orientada por concepções que efetivamente garantam a indissociabilidade de educar e cuidar sem hierarquização. Da mesma forma, por meio da interseccionalidade, é necessário que sejam respeitadas as singularidades de cada bebê de forma ética e questionadas as estruturas de poder que reforçam tais desigualdades no atendimento institucional às infâncias.

Se por um lado a diferença é inerente à existência das vidas, por outro, essas diferenças não podem recair como estigmas sociais hierarquizantes que reforçam violências e desigualdades (Brah, 2006). Aí está a necessidade de realizarmos pesquisas que revelem criticamente as diferenças, diversidades e desigualdades na infância (geração) situando o recorte etário (desde bebês) e outras variáveis como raça, etnia, nacionalidade, gênero, classe social, localização geográfica, religião, entre outras, no intuito de compreender e criticamente analisar, problematizar, exprimir e expor os processos históricos, políticos, econômicos, educacionais e culturais que hierarquizam, racializam, etarizam, estigmatizam, desqualificam, subordinam, subalternizam e invisibilizam o ser/a existência, o saber/os conhecimentos, o viver/ o modo de ser e estar no mundo de alguns grupos, como as/os bebês.

As três pesquisas mostram que, tanto nos documentos curriculares quanto nas práticas pedagógicas, a dimensão ética do cuidado não encontrou eco e raramente foi feita problematização a partir de aspectos éticos, políticos, estéticos e relacionais, ou seja, levando em consideração aspectos interseccionais que produzem as relações entre crianças, desde bebês, e as adultas nos espaços-tempos da Educação Infantil, assim como as intersecções que socialmente produzem as dimensões do cuidar-educar em territórios-creches constituídos por corpos-territórios racializados.

## **REFERÊNCIAS**

BECKER, Scheila Machado da Silveira; BERNARDI, Denise; MARTINS, Gabriela Dal Forno. Práticas e crenças de educadoras de berçário sobre cuidado. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 18, n. 3, p. 551-60, 2013.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-76, jan./jun. 2006.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base*. Brasília, DF: MEC; CONSED; UNDIME, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação [MEC]. Secretaria de Educação Básica [SEB]. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC; SEB, 2009.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CAMPOS, Roselane de Fátima; DURLI, Zenilde; CAMPOS, Rosânia. BNCC e privatização da Educação Infantil: impactos na formação de professores. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 169-185, jan./mai. 2019.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de; GUIZZO, Bianca Salazar. O currículo da creche em livros didáticos para docentes: da epistemologia do infantil à regulação da docência. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 43, n. 119, 2023.

CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

COLLINS, Patricia Hills. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. Tradução: Bruna Barros e Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios-Cuerpos femeninos. *Solar: Revista de Filosofía Iberoamericana*, [S. l.], año 12, vol. 12, núm. 1, 2016.

CURITIBA. Secretaria de Município da Educação. *Currículo da Educação Infantil: diálogos com a BNCC*. Curitiba: Secretaria de Município da Educação, 2022. Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2020/6/pdf/00279189.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

DURAND, Guillaume. Eduquer et soigner: une éthique commune? Education and Medical Care: a common ethics? *Recherches en education*, [S. l.], n. 17, 2013.

DURLI, Zenilde. Currículo nacional na educação de primeira infância: o que dizem estudos internacionais? *Revista Atos de Pesquisa em Educação*, Blumenau, v. 16, 2021.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. *Reedição das orientações curriculares para a Educação Infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis*. 2. ed. Florianópolis, SC: Secretaria Municipal de Educação, 2022.

GOBBATO, Carolina; BARBOSA, Maria Carmem Silveira. A (dupla) invisibilidade dos bebês e das crianças bem pequenas na educação infantil: tão perto, tão longe. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 4, n. 1, 2017.

GUIMARÃES, Daniela. *Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética*. São Paulo: Cortez, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, Niterói, v. 22, n. 48, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Niterói, v. 9, n. 17, 2007.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KRAMER, Sônia (Org.). *Profissionais da Educação Infantil: gestão e formação*. São Paulo: Ática, 2008.

MELLO, Suely Amaral. A especificidade do aprender das crianças pequenas e o papel da/o professor/a. In: MAGALHÃES, Cassiana; EIDT, Nadia Mara (Org.). *Apropriações teóricas e suas implicações na Educação Infantil*. Curitiba: Editora CRV, 2018.

MELLO, Suely Amaral. Bebês e crianças pequeninas como sujeitos: participação e escuta. In: COSTA, Sinara Almeida; MELLO, Suely Amaral (Org.). *Teoria Histórico Cultural na Educação Infantil: conversando com professoras e professores*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. *Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência*. Salvador: EDUFBA, 2020.

MORUZZI, Andrea Braga; ABRAMOWICZ, Anete. Pode a criança falar? Sobre feminismos subalternos, infâncias e educação infantil. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 24, n. especial, abr./jun. 2023.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *OSAL: Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, año 6, n. 16, jun. 2005.

## **Sobre as autoras:**

**Janete de Fátima Ferreira Caldas:** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Educação Infantil pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). Integrante e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil GEPEDIN-UNICENTRO e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infâncias e Educação Infantil da UFPR. Com pesquisas e estudos na área da política de currículo para a Educação Infantil com foco nos bebês. Professora do Departamento de Pedagogia da UNICENTRO. **E-mail:** janettfcaldas@hotmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0008-8966-1644>

**Vanessa Medianeira da Silva Flôres:** Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Educacional e Docência na Educação Infantil pela UFSM. Integrante e pesquisadora dos Grupos de Pesquisa “Infâncias e Feminismo (InFemis)” da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infâncias e Educação Infantil da UFPR. Suas pesquisas estão relacionadas a gênero e infâncias, educação infantil, práticas pedagógicas e relações étnico-raciais. Professora da Rede Municipal de Educação de Santa Maria, RS. **E-mail:** vanessaf.educ@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0008-5799-0478>

**Débora Reis Schnekenberg:** Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduação em Pedagogia pela UFPR. Integrante e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infâncias e Educação Infantil da UFPR (NEPIE/Ufpr). Realizando estudos na área da infância e da educação infantil com foco nos bebês, nos campos da migração infantil, interseccionalidade e relações étnico-raciais. Professora de Educação Infantil na Prefeitura de Florianópolis. **E-mail:** debeschnekenberg@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0004-9995-7992>

**Recebido em: 16/10/2024**

**Aprovado em: 18/02/2025**